
CIDADES, Comunidades e Territórios



Casamentos mistos e fluxo migratório de casais luso-brasileiros no Atlântico: discutindo retornos e (im)permanências

Katielle Silva¹, Universidade Federal de Roraima (UFRR_Brasil) e Centro de Estudos Geográficos (CEG) do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Portugal.

Jorge Malheiros², Centro de Estudos Geográficos (CEG)/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Portugal

Resumo

Entre 2010 e 2015, o contexto migratório português alterou-se significativamente em consequência dos impactos sociais da crise financeira e económica, o que resultou num saldo migratório negativo, combinando redução do fluxo de entrada e incremento nas saídas de imigrantes (para novos destinos ou retorno ao país de origem) com o aumento da emigração portuguesa. Neste contexto, alguns casais luso-brasileiros mudaram-se para o Brasil, onde as oportunidades económicas e sociais, naquele período, pareciam mais favoráveis; contudo, entre 2016 e 2019, esse fluxo terá de novo oscilado, favorecendo agora Portugal enquanto espaço de destino. Combinando dados quantitativos sobre casamentos e nascimentos para demonstrar as ligações familiares entre brasileiras/os e portuguesas/as e dados qualitativos coletados em entrevistas com famílias luso-brasileiras que vieram para Portugal, este texto procurou escrutinar duas ideias principais: (i) as razões do retorno para Portugal e a relevância dos contextos familiares, neste processo; e (ii) os projetos migratórios futuros e as suas implicações na (im)permanência neste país europeu. Teoricamente este artigo pretende desafiar e discutir categorias migratórias clássicas dos estudos migratórios como emigrantes-imigrantes e, sobretudo, partida e retorno, posicionando-as em contextos binacionais. Pretende-se assim desafiar a noção clássica de retorno a partir de uma perspetiva centrada em sujeitos migrantes mais complexos (os casais mistos) em relação aos espaços originais de referência que, por sua vez, também se vão transformando no quadro da circularidade migratória.

Palavras-chave: migração, retorno, casamentos mistos, espaço social em contexto binacional, circularidade migratória.

¹ katielle@campus.ul.pt

² jmalheiros@campus.ul.pt

1. Introdução

Parece unânime que o aumento dos casamentos mistos³, envolvendo cônjuges com origens geográficas distintas, é um dos reflexos do mundo globalizado. Este fenómeno está ligado ao incremento das interações entre pessoas de diferentes partes do mundo, tanto no espaço virtual como no espaço concreto, propiciado pelo reforço da mobilidade internacional, do intercâmbio cultural e do desenvolvimento das tecnologias/redes (Raposo e Togni, 2009).

Também Portugal, que assume a condição de país de imigração há cerca de 30 anos, tem vindo a experienciar um aumento expressivo dos casamentos mistos, tanto envolvendo cônjuges estrangeiros como um cônjuge português/a e outro estrangeiro/a (Ferreira e Ramos, 2011). Neste último perfil, destacam-se os casamentos entre portugueses e cônjuges provenientes do Brasil, ajudando a explicar este fenómeno o conhecimento, proximidade cultural e intercâmbio histórico entre os dois lados do Atlântico.

Em 2000 foram registados oficialmente 397 casamentos envolvendo portugueses/as e brasileiros/as (INE, 2021). Esse número passou para 2.260 em 2010, alcançando 2.317 em 2019, representando neste último ano 47% dos casamentos mistos entre portugueses/as e estrangeiros/as (INE, 2021), valor bastante superior à percentagem de brasileiros no conjunto da população estrangeira em situação regular no mesmo ano (aproximadamente 26%, segundo o SEF).

Contudo, apesar dessa tendência geral de crescimento, a evolução temporal dos casamentos mistos luso-brasileiros em Portugal tem experimentado oscilações ao longo do século XXI. Estas acompanharam, em larga medida, o comportamento das migrações brasileiras (entradas e saídas) em relação a Portugal, que têm estado intrinsecamente ligadas à conjuntura política e económica dos dois países, como será adiante demonstrado. E embora não sejam registadas entradas/saídas das pessoas enquanto casais, esses movimentos também incluem famílias transnacionais.

Se, por um lado, o aumento da comunicação e interação entre portugueses/as e brasileiros/as potenciou a conjugalidade mista e a permanência de casais no país, especialmente na primeira década do século XXI, por outro, entre 2010 e 2015, os impactos sociais da crise em Portugal refletiram-se não apenas na retração dos casamentos mistos como levaram casais luso-brasileiros a atravessarem o Atlântico em direção ao Brasil, onde as oportunidades económicas e sociais pareciam mais favoráveis (Pereira e Esteves, 2017). Contudo, entre 2016 e 2019, esse fluxo terá de novo oscilado, favorecendo a migração familiar de retorno, agora para Portugal, sendo este o espaço de destino (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021).

A facilitação contemporânea das mobilidades alterou o traço histórico de permanência das migrações, ganhando estas características de movimento regular de partida e retorno (Castles, 1999), sobretudo quando se estabelece uma certa circularidade em contextos transnacionais ou binacionais, combinando mobilidade e vinculação aos territórios (Ribas-Mateos e Cabezon-Fernández, 2021). No quadro da migração familiar envolvendo casais mistos, por exemplo, categorias como imigrante/emigrante e retorno/partida, ganham novos vieses consoante as lentes se deslocam de um cônjuge para outro e, também, da direção do movimento migratório.

No caso dos casais luso-brasileiros, o movimento migratório em direção ao Brasil implica retorno para o cônjuge brasileiro/a, ao passo que a condição de imigrante vai sendo eliminada, enquanto o cônjuge português/a experiencia a emigração, ganhando a condição de imigrante no novo país de acolhimento, sendo “as vestimentas” dessas

³ Por casamento misto entende-se a união, não necessariamente formal, de duas pessoas com nacionalidades diferentes, sendo a unidade geográfica associada à naturalidade o país de nascimento. Para efeitos deste artigo, os casamentos mistos luso brasileiros envolvem a união de duas pessoas, uma das quais com naturalidade de Portugal e outra do Brasil, independente da nacionalidade ou nacionalidades que possuam.

categorias revertidas aquando do movimento para Portugal. É neste último e na sua conjugação com a alternância das condições de imigrante/emigrante que assenta o nosso interesse em discutir a noção de retorno.

Assim, objetiva-se escrutinar as razões do “retorno” de casais mistos luso-brasileiros para Portugal e a relevância dos contextos familiares neste processo, procurando perscrutar os projetos migratórios futuros e as suas implicações na (im)permanência neste país europeu, a partir do qual se mantém práticas *cross-border* em diferentes esferas com o Brasil. (Silva & Malheiros, 2018).

A vivência de um espaço social construído no âmbito de um contexto binacional experienciado pelos casais pertencentes a duas origens diferentes, é mediado, em larga medida, pelo transnacionalismo, sendo esta uma categoria analítica dos fenómenos migratórios e que evidencia as práticas sociais que entrelaçam e vinculam em simultâneo origem e destinos (Vertovec e Cohen, 1999; Portes, 2003; Malheiros, 2001). No quadro dos casais mistos luso-brasileiros argumentamos que a vivência, concreta e virtual, de dois espaços que são simultaneamente de origem e destino, se a unidade de análise for a família, implica a leitura dos mesmos como um *continuum* e a transmutação da condição de imigrante em emigrante consoante o ponto do contexto binacional em que nos situamos.

Refira-se que os matrimónios mistos luso-brasileiros têm sido objeto de diversos estudos (Malheiros, 2007; Padilha, 2007; Machado, 2007; Raposo e Togni, 2009; Evangelista, 2014; Ferreira e Ramos, 2012; Ramos, Gaspar e Ferreira, 2015), embora nenhum se centre no “retorno” destes casais para Portugal. Pretende-se assim contribuir para colmatar esta lacuna, enfatizando a ideia de que uma análise focada apenas no retorno é limitada para estudar casamentos mistos, dada a vivência de dois espaços em simultaneidade.

A análise empírica foi suportada por um *mix* de métodos. Qualitativamente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com casais luso-brasileiros, sendo a componente fundamental o retorno a Portugal. Quantitativamente foram analisados dados estatísticos para compreensão evolutiva da conjugalidade luso-brasileira, abrangendo ainda os reflexos na evolução dos nados-vivos, sendo os filhos uma componente relevante para compreender as mobilidades familiares internacionais.

O artigo está estruturado em 4 partes além desta introdução. A secção 2 contextualiza a interligação entre casamentos mistos e transnacionalismo, suportando a discussão da noção de migração de retorno. A secção 3 analisa os fluxos migratórios que envolvem o Brasil e Portugal e a secção 4 reúne três tópicos: (i) descrição do percurso metodológico (ii) apresentação e discussão da evolução dos casamentos mistos e dos nados-vivos; e (iii) apresentação e discussão das motivações dos casais luso-brasileiros para o “retorno” a Portugal e seus projetos migratórios futuros. Na secção 5 apresentamos as conclusões gerais do artigo, centrando-nos na noção de retorno e na sua operacionalidade.

2. Casamentos mistos, globalização e transnacionalismo: fenómenos interligados

Os casamentos mistos não são um fenómeno novo, devendo destacar-se que esta temática domina a investigação sobre matrimónios envolvendo migrantes no quadro científico europeu (González-Ferrer et al., 2018). Contudo, a relevância que este fenómeno alcançou na atualidade está diretamente ligada a uma sociedade cada vez mais global e interligada. Isto porque a globalização, segundo Castells (2008), é um fenómeno que potencia as trocas de capital cultural e, também, o aparato tecnológico facilitador da mobilidade das pessoas a longa distância (apesar das restrições geopolíticas que os migrantes, sobretudo do sul global, enfrentam). A intensificação das migrações a nível global e o envolvimento de mais espaços neste processo transporta consigo a diversidade étnica-cultural, potenciando um maior contacto entre pessoas com matrizes culturais distintas. Segundo Raposo e Togni (2009), este aumento do fluxo de pessoas e ideias, refletiu-se nos padrões das relações afetivas e no próprio conceito de amor, construído no contexto de fronteiras “permeáveis”.

Parece consensual que é no quadro da intensificação dos contatos transfronteiriços, virtual e real, que se abriram novas formas de conjugalidade na sociedade contemporânea (Piller, 2007). Casamentos mistos, casamentos

transnacionais, *cross-cultural marriages*, *out-marriages* ou migração por amor, embora sejam passíveis de discussão, são expressões conhecidas para denominar relações afetivas, contratuais ou não, que envolvem cônjuges autóctones e alóctones (Breger e Hill, 1998). As alterações dos padrões de conjugalidade mistas, também se associam a mudanças estruturais como a própria ideia de amor ultrapassar a seleção dos/as parceiros/as unicamente mediada por interesses sociais e económicos para alcance de posição social (Bourdieu, 2002), passando a incluir aspectos sexuais.

Contudo, embora os padrões dos matrimónios tenham vindo a assumir novos contornos (Aboim, 2014; Wall, Cunha e Atalaia, 2013), Raposo e Togni (2009) argumentam que, no que respeita ao indivíduo, a conjugalidade não perdeu o seu lugar central, sendo a ela inerente “a liberdade de escolha amorosa, a importância primordial da realização afetiva e do bem-estar individual e a visão da família como um espaço de intimidade” (p. 39). Complementam ainda que as mudanças nos padrões das conjugalidades mistas não se inserem apenas no quadro dos desejos individuais, mas da inserção das pessoas envolvidas em novos quadros institucionais e, acrescentaríamos, espaciais e em constante interação. Efetivamente, o tema das conjugalidades mistas volta-se para o debate sobre integração, embora de forma pouco consensual. Isto porque os casamentos podem ser vistos como um indicador de integração do cônjuge alóctone no acolhimento e/ou “meio para” a integração (Kulu e González-Ferrer, 2014; Song, 2009).

Os casamentos mistos não envolvem apenas a união de duas pessoas, mas de duas ou mais origens geográficas, culturas, mundos sociais. As duas individualidades conjugam-se em uma única conjugalidade que se realiza numa zona comum de interação, perpassando duas ou mais nações (Lind, 2008; Féres-Corneiro e Ziviabi, 2009). Contudo, a “base de fixação” do casal misto pode assumir uma lógica de pêndulo, entre dois pontos “fixos” conectados e posicionados nos países de origem dos cônjuges. Porque as possibilidades de circulação migratória dos membros destes matrimónios são incrementadas (por via das duplas nacionalidades, direito ao reagrupamento familiar de cônjuge e descendentes, etc.) no âmbito dos espaços sociais binacionais as “partidas” e os “retornos” tendem a assumir maior frequência e a fundir-se, originando um *continuum*.

3. As ligações e os fluxos que envolvem o Brasil e Portugal na segunda década do século XXI

Portugal, conhecido historicamente como um país de emigração, viu o seu papel invertido com o pós-revolução de 25 de abril de 1974 e a independência dos atuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, quando passou a ser mais ponto de chegada do que de partida de pessoas (Baganha, 2009). Contudo, é apenas na década de 1990 que se assiste à consolidação da população estrangeira residente em Portugal e à transição para a condição de “país de imigração”, assumindo grande expressividade as populações oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. Se a transição do milénio é dominada pela chegada dos imigrantes da Europa de Leste, ao longo da primeira década do século XXI vai-se assistir à intensificação da entrada de brasileiros em Portugal (Pinho, 2012), suportada por um conjunto de fatores, dentre eles a densificação da rede social destes migrantes e a facilidade de entrada em Portugal pela não exigência de visto para os primeiros 90 dias de instalação e acordos bilaterais entre Brasil e Portugal.

Estes processos são suportados pela globalização dos movimentos migratórios e pela facilidade de comunicação e das redes sociais de suporte (Castle e Miller, 2008), para além dos fortes laços culturais e históricos entre os países (Iorio e Fonseca, 2018; Silva e Malheiros, 2021). Por outro lado, os movimentos migratórios também são sensíveis às conjunturas sociais, políticas e económicas dos países de origem e de acolhimento escolhidos pelos migrantes (Pereira e Esteves, 2017).

No decorrer do século XXI, Portugal assistiu à consolidação da imigração brasileira, tornando-se esta população o maior grupo de imigrantes no país em 2008, representando 24,3% da população imigrante com estatuto legal em Portugal (SEF, 2008). Com o prenúncio da crise financeira a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, o centro de gravidade é invertido, ou seja, Portugal conjuga em simultâneo partida de emigrantes

portugueses para o Brasil e regresso de imigrantes brasileiros para o mesmo destino, estes últimos classificados como retornados e os portugueses como imigrantes, se a perspectiva partir do Brasil. Não sendo porventura esse movimento uma especificidade dos casais mistos luso brasileiros.

Em 2010, os brasileiros registados com estatuto legal de residente chegaram a 119.000, refletindo o forte crescimento da entrada deste grupo na primeira década deste século, representando 26,9% do total de imigrantes em situação regular no país (SEF, 2010). Contudo, em 2016 este número reduziu-se para cerca de 81.000, tendo também diminuído o seu peso percentual no conjunto da população estrangeira com estatuto legal, passando para cerca de 20,5% (SEF, 2016). Esta redução conjuga tanto as aquisições de nacionalidade portuguesa como o retorno de brasileiros evidenciado em estudos anteriores (Castro, Botelho e Knup, 2015; Fernandes e Castro, 2013). Ademais, como as conjunturas de crise económica não afetam todos os perfis de imigrantes de igual modo, registou-se neste período, especialmente entre 2013 e 2014, a entrada de estudantes brasileiros em Portugal, marcada por um perfil jovem e altamente qualificado (Iorio, 2018). Refira-se que este incremento de uma população núbil e fértil contribui para potenciar a geração de relações e matrimónios mistos entre portugueses/as e brasileiras/os.

A partir de 2015, mudanças conjunturais no Brasil e em Portugal refletiram-se nos fluxos migratórios de brasileiros e portugueses, ocorrendo simultaneamente (i) a diminuição das entradas de portugueses no Brasil, e (ii) a retomada da chegada de imigrantes brasileiros e emigrantes portugueses a Portugal. Estes movimentos estiveram associados, do lado português, aos sinais de um novo ciclo económico e político, com a recuperação da crise e o fim do período de austeridade, e, do lado do Brasil, ao prenúncio da instabilidade política e económica espoletada em 2016 com o *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

Associado a isto, no quadro de crise em Portugal, o entendimento por parte do governo português era de que o necessário desenvolvimento regional e nacional passava também pelo aproveitamento do espaço de mobilidade para atrair e fixar capitais e conhecimento dos migrantes. Assim, no sentido de atrair alguns tipos específicos de imigrantes foi promulgada legislação⁴ com o objetivo de estimular a vinda de migrantes-investidores e altamente qualificados.

Segundos dados do SEF, em 2019 o número de brasileiros em Portugal com autorização de residência alcançou aproximadamente 151.000, valor este correspondente a quase o dobro do apresentado em 2016, representando 25,6% do total de estrangeiros no país. Entre 2015 e 2019, a concessão de títulos legais para imigrantes brasileiros passou de 5.716 para 48.796, no último ano, representando 37,8% do total de títulos legais concedidos no país (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021). Relativamente aos regressos de portugueses, do Brasil e de outros países, não existe informação desagregada. Contudo, o cálculo das entradas permanentes elaborado no âmbito das estimativas de população produzidas anualmente pelo INE, mostra um crescimento significativo das pessoas de naturalidade portuguesa entre 2014 e 2018 – passam de menos de 8 000 para mais de 14 500 –, pressupondo-se que entre estas se encontraria um número reduzido – mas crescente – de portugueses que residiram no Brasil.

Embora os movimentos de saída e retorno sejam apreendidos em separado pelas estatísticas nacionais, partes destes ocorrem no quadro da migração familiar e, se alterarmos o ponto a partir do qual olhamos para esses movimentos migratórios, as categorias alteram-se. A partir de Portugal, vimos a saída de emigrantes portugueses e a partida de imigrantes brasileiros e, do lado do Brasil, observamos o retorno de emigrantes brasileiros e a chegada de imigrantes portugueses. Se estas categorias enquadravam bem os movimentos migratórios dominantes no decorrer da crise financeira e socioeconómica em Portugal, nos anos mais recentes que antecederam a pandemia da COVID-19 e conheceram uma certa recuperação, o fluxo dominante inverteu-se, com o movimento Brasil-Portugal a suplantar claramente o fluxo de sentido inverso. Isto significa que as categorias operativas dominantes deixaram de o ser.

Estes países, como observámos, mantêm historicamente relações estreitas de intercâmbio que contribuem para a prática de conjugalidades mistas envolvendo pessoas dos dois países. Embora nas investigações sobre casamentos mistos em Portugal a presença de brasileiros/as acabe por ganhar destaque na explicação do fenómeno, os

⁴ Decreto Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro; Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto; Decreto-Lei n. 36/2014, de 10 de março.

movimentos de partidas e retornos de brasileiros e portugueses, com origem ora no Brasil ora em Portugal, analisados em simultâneo, contribuem para dar mais robustez à compreensão do *mix* matrimonial luso-brasileiro, tendo o trabalho de Raposo e Togni (2009) chamado a atenção para isto, ainda que não explicitamente.

Esta abordagem parte da compreensão de que os fluxos migratórios, ora para o Brasil, ora para Portugal, acabam por contribuir para reformular de modo recíproco as imagens, percepções e pré-conceitos acerca do “outro”, originário do lado de lá do Atlântico. Também por esta via ganha expressividade a conjugalidade mista, que se alarga ainda por via da expansão do mercado matrimonial proporcionada pela chegada de migrantes, com destaque para as brasileiras/os que se têm fixado em Portugal.

No quadro migratório de interação entre pessoas de origens diferentes é construída, com base em definições coletivas e pessoais, uma hierarquia de aceitabilidade do “Outro”, que Breger (1998) situou no “mercado simbólico de fronteira da diferença”. O migrante embebido no novo acolhimento interpreta de forma comparada contextos migratórios conhecidos, definindo o “Outro” mais próximo, mais familiarizado, mais aceite, mais desejado, flexibilizando assim as suas definições (Raposo e Togni, 2009).

O Brasil é um dos países reconhecidos como um dos destinos consolidados das migrações portuguesas (Pires et al., 2020). Embora com características e perfis particulares, importa destacar que as ligações entre Portugal e Brasil são também suportadas pela partilha de características culturais que vão se (re)configurando e aproximando o “eu conhecido” do “outro desconhecido” (Rocha-Trindade, 1986).

Ademais, os fluxos migratórios e, em particular, os que ocorrem no âmbito dos casamentos mistos, requerem uma complexificação das “vestimentas” das categorias analíticas como imigrante/emigrante, limitando análises efetuadas à luz do “migrante único”, pois estas estão associadas a um quadro legal, institucional e de (re)conhecimento usufruído num dos países envolvidos⁵, que reflete fluidez para um (retornado) e entrave para outro (imigrante). Ademais, à luz das conjugalidades mistas, estas categorias podem ser ainda mais complexas, pois alteram-se e são experienciadas simultaneamente no quadro do matrimónio, exigindo os movimentos migratórios dos casais luso-brasileiros uma negociação sobre o “onde” que a cada momento é percebido como a melhor opção para ser migrante ou retornado.

4. Casamentos mistos e mobilidade familiar nos dois lados do Atlântico

4.1. Elementos metodológicos e fontes de informação

Desenho do estudo

Este artigo foi baseado na conjugação de métodos quantitativos e qualitativos, suportados por análise descritiva e estatística de dados demográficos relativos a nacionais do Brasil e de Portugal provenientes do INE, e entrevistas diretas semiestruturadas em profundidade, com casais mistos envolvendo portugueses e brasileiras (5 casos) e um casal português e brasileiro (mesmo sexo). O estudo foi restrito a cônjuges com apenas duas nacionalidades de origem, brasileira e portuguesa, independentemente da aquisição de uma segunda nacionalidade por qualquer das partes.

Temporalidade da análise

Apesar de o artigo estar centrado no retorno para Portugal na segunda década do presente século, a análise dos dados secundários considerou o período 2000-2019 para evidenciar mudanças recentes.

Recortes dos dados e caracterização dos casos

⁵ Os processos de naturalização, frequentes no caso de Portugueses/as e Brasileiras/os, alteram a dimensão formal dos posicionamentos, uma vez que nessa condição prevalece a dupla nacionalidade. Contudo, a componente substantiva dos (re)conhecimentos e da pertença demora mais tempo alterar-se, podendo nunca ocorrer plenamente.

A componente teórica deste artigo procurou posicionar os casamentos mistos no âmbito do transnacionalismo imigrante e da constituição de espaços sociais inseridos em contextos binacionais marcados por um *continuum*. Ao assumir esta leitura, aponta-se, necessariamente, para uma mutabilidade e uma fusão na condição de imigrante/emigrante e, também, de retorno/partida, em função da “permeável delimitação” dessas categorias no quadro desta experiência binacional. Além disto, acrescentamos que a discussão sobre o não “congelamento” destas categorias não está restrita apenas à origem geográfica do movimento. No caso dos casais mistos luso-brasileiros, as permanências históricas de longa duração, por exemplo de portugueses no Brasil, também contribuem para repensar os contornos destas categorias analíticas. Contudo, nenhum dos cônjuges dos casais mistos entrevistados para este estudo tinha ligação familiar histórica com o país do outro, apesar de um cônjuge português possuir também nacionalidade brasileira, obtida anteriormente ao casamento com a cônjuge brasileira, por ter vivido alguns anos no Brasil.

Para caracterizar a evolução e tendência geral dos matrimônios mistos luso-brasileiros, foram levantados dois indicadores demográficos específicos disponibilizados pelo INE: casamentos celebrados e nados-vivos, por nacionalidade⁶ dos cônjuges e da mãe/pai, respetivamente. Os valores a partir de 2010 incluem casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Qualitativamente foram realizadas seis entrevistas com casais mistos luso-brasileiros selecionados pelo método da “bola de neve”, tendo ambos todos cônjuges qualificação superior em diferentes áreas, englobando: Direito, Informática, Investigação Científica, Dança, Comunicação, Geografia, História e Turismo. Esta opção justifica-se pelo fato das pessoas mais qualificadas terem potencialmente mais mobilidade, acesso mais facilitado a vistos e posições no contexto de mercados de trabalho que tendem a funcionar de forma mais globalizada (Góis e Marques, 2014). No que respeita à existência de filhos, três casais tinham descendentes diretos, verificando-se que apenas um deles tinha filhos de casamentos anteriores. Este casal era composto pelos cônjuges mais velhos da nossa amostra, ambos com mais de 64 anos. A faixa etária dos outros cinco casais situava-se entre 30 e 45 anos. Quanto à existência de rede de apoio familiar, os cinco casais compostos por mulher brasileira e homem português declararam ter mais rede de apoio no Brasil do que em Portugal, pelo fato de naquele país viverem numa cidade em que residiam também familiares da cônjuge brasileira. Apenas um casal (ambos cônjuges do sexo masculino) declarou ter mais rede de apoio familiar em Portugal, devido ao fato de aí partilharem a cidade de residência com outros familiares próximos.

Cinco entre os seis casais entrevistados, são compostos por homem português e mulher brasileira, refletindo a expressividade desta combinação em Portugal. Embora isto já tenha sido identificado antes (Bógus, 2007), entre 2015 e 2019, para mencionar apenas os anos mais recentes, o peso dos casamentos mistos envolvendo portugueses e brasileiras foi de aproximadamente 80% do total de casamentos mistos envolvendo estas duas nacionalidades.

As entrevistas abrangeram os casais que realizaram dois percursos migratórios: i) via dupla - viveram em conjunto em Portugal, migraram para o Brasil e retornaram a Portugal; e ii) via única – viveram em conjunto no Brasil e retornaram a Portugal. Todos os casais entrevistados residiram mais de três meses no país de naturalidade de cada um dos cônjuges. Relativamente ao momento de saída de Portugal, todos os casais, com uma única exceção, deixaram o país durante o período de crise austeritária ou no ano imediatamente subsequente (instalação no Brasil entre 2012 e 2015), verificando-se a (re)instalação em Portugal no período de recuperação económica e social (a partir de 2016) (Quadro 1). Isto mostra que, apesar de circunstâncias específicas justificarem as opções de cada casal para partir/retornar, a conjuntura económica e social teve influência na mobilidade dos migrantes qualificados.

⁶ Neste artigo foram utilizados dados agregados disponibilizados pelas estatística demográficas do INE, os quais estão organizados por nacionalidade.

Quadro 1. Caracterização da temporalidade dos movimentos migratórios dos entrevistados

ID	Tempo de relação	País onde se conheceram	Período de residência em PT	Período de residência no BR	Retorno para Portugal
CM1	21 anos	Portugal (2000)	2000-2012	2012-2019	2019
CM2	11 anos	Portugal (2010)	2010-2013	2013-2016	2017
CM3*	8 anos	Portugal (2013)	2013-2014	2016	2016
CM4	4 anos	Portugal (2017)	2017-2018	2018	2019
CM5	10 anos	Portugal (2008)	2008-2015	2015-2016	2016
CM6**	39 anos	Brasil (1982)	1998-2014	2014-2018	2018

*O cônjuge brasileiro retornou para o Brasil sozinho em 2015. O cônjuge português emigrou para o Brasil em 2016, onde viveram juntos aproximadamente um ano. Em 2016, o cônjuge português retornou para Portugal e mantém um casamento à distância. **Viveram no Brasil no primeiro momento entre 1982-1998.

O fio condutor da entrevista foi a compreensão dos contextos e razões das partidas e retornos, procurando também perceber como os filhos influenciaram esse processo. Adicionalmente, procurou-se analisar o desejo de (im)permanência em Portugal no quadro da relação matrimonial. As entrevistas foram realizadas com o casal ou apenas um dos cônjuges. Um dos seis casais entrevistados já tinha passado por um processo de separação no momento da entrevista. Estas ocorreram nos meses de março e abril de 2021, através de plataforma digital. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e tiveram em média uma duração de 90 minutos.

4.2. A evolução dos casamentos mistos e dos nados vivos envolvendo cônjuges brasileiro/a e português/a: a família como unidade de análise migratória progressivamente mais complexa

De acordo com os dados do INE, nos últimos dezanove anos (2000-2019) foram realizados em média 42.397 casamentos por ano em Portugal, considerando a totalidade dos matrimónios independentemente da nacionalidade dos cônjuges (em 2000 foram 63.752 e, em 2014, 31.170, valores máximo e mínimo, respectivamente). O número total de casamentos em Portugal apresentou uma tendência geral decrescente, com um longo período de declínio contínuo entre 2000 e 2014. Nos anos de recuperação da crise (2014 a 2018) houve um ligeiro incremento, embora nunca atingindo os valores registados no primeiro decénio do século.

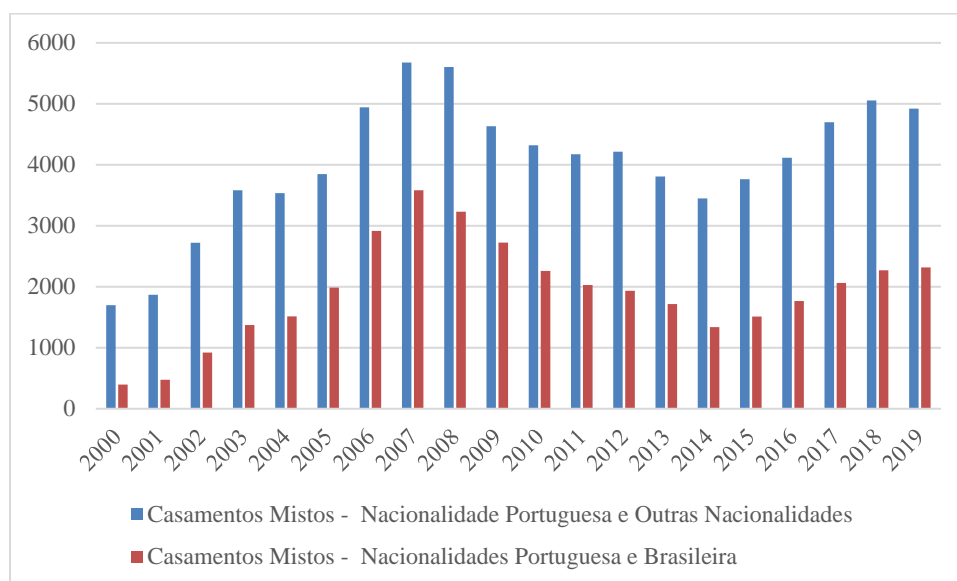
Contudo, os casamentos mistos envolvendo um cônjuge português/a e outro estrangeiro/a foram ganhando relevância em termos absolutos e relativos no total de casamentos, não obstante as oscilações verificadas ao longo do período. No ano 2000 foram celebrados 1.698 casamentos mistos, nos quais um cônjuge era português/a, representando 2,6% do total de casamentos; em 2019 esses valores correspondiam a 4.922 e 14,7%, respetivamente, com valor absoluto máximo atingido em 2007 (5.678 casamentos).

Se é certo que o número global de casamentos mistos envolvendo portugueses/as registou um declínio no período de crise económica e social (2008 a 2014), o seu significado no total de matrimónios nunca baixou de 10%, retomando o crescimento contínuo após 2014, a tal ponto que as proporções mais elevadas da série são observadas após 2017, acompanhando a retoma da imigração em Portugal.

Centrando-nos na análise dos estrangeiros envolvidos em matrimónios mistos com portugueses/as, já no ano 2000 pessoas com nacionalidade brasileira eram as mais numerosas, tanto no caso de cônjuges do sexo feminino (271 matrimónios num total de 835 casamentos envolvendo homens portugueses e mulheres estrangeiras, o que corresponde a 32,5%), como masculino (126 matrimónios num total de 863 casamentos entre homens estrangeiros e mulheres portuguesas, o que equivale a 14,6%).

Com o decorrer dos anos, o valor absoluto e a proporção de casamentos mistos envolvendo portugueses/as e brasileiras/os foi aumentando, com destaque para 2000-2007, período com os valores máximos, alcançando em 2007 e 2008 mais de 50% dos casamentos mistos envolvendo portugueses/as. Este período corresponde a uma fase de expansão relevante da imigração brasileira para Portugal (Malheiros e Esteves, 2013) (Figura 1).

Figura 1. Número de casamentos mistos envolvendo cônjuges de nacionalidade portuguesa com outras nacionalidades (total) e nacionalidade brasileira, 2000-2019



Fonte: INE.

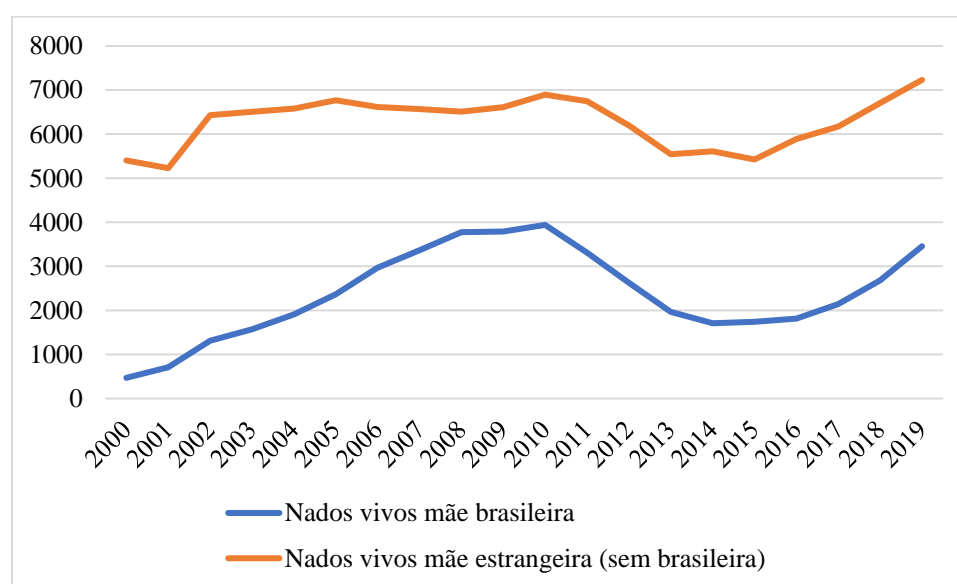
No período de crise, 2008-2014, é clara a redução desse tipo de casamentos, que acompanha a diminuição geral dos matrimónios em contexto recessivo e, também, o declínio da imigração brasileira neste período (Ferreira, 2018). De resto, é também neste período que se acentuam os retornos ao Brasil que incluem a saída de diversas famílias luso-brasileiras, de que os entrevistados são exemplo. Após 2014, os matrimónios envolvendo portugueses/as e brasileiras/os regressam a uma tendência crescente, acompanhando a significativa retoma da imigração brasileira, ainda que se mantenham a níveis inferiores aos observados entre 2006 e 2009.

Sublinhamos que, embora os casamentos mistos envolvendo brasileiras/os e portugueses/as se destaquem no contexto português, a assimetria na composição das relações é evidente, uma vez que o formato “homem português – mulher brasileira” excede, frequentemente numa proporção de mais de 4 para 1, o formato “homem brasileiro – mulher portuguesa”, o que está em linha com outros estudos que abordam esta questão (Ferreira e Ramos, 2012; Ramos, Ferreira e Gaspar, 2015). Esta assimetria pode ser entendida por um lado, de modo amplo, pelos elevados níveis de feminização da imigração brasileira para Portugal e pelas mudanças no perfil da mulher migrante, abrangendo mais mulheres em mobilidade fora do enquadramento familiar, possibilitando novos arranjos conjugais com autóctones (Machado, 2014). Somam-se a estes fatores, a difusão de estereótipos que se transformam em “modelos da mulher brasileira”, e que acentuam uma imagem exotizada e hipersexualizada, por ventura com raízes coloniais. (Gomes, 2013; Assis, 2007; Padilha, 2008).

De resto, sendo Portugal um país onde a imigração é um fenómeno relativamente novo, possui uma população imigrante concentrada nas faixas etárias ativas e núbeis (Malheiros, 2007), propiciando não apenas a possibilidade do casamento, mas também o reforço da natalidade no quadro dos casais transnacionais. Um dos reflexos mais expressivos do significativo número de relações entre portugueses/as e brasileiros/as corresponde à evolução do número de nados vivos, filhos de mães e pais brasileiros, nascidos em Portugal.

Segundo os dados demográficos do INE, entre 2000 e 2019, verificou-se uma queda praticamente contínua do número de nados vivos de mãe portuguesa⁷. Em oposição, quando analisamos os nados-vivos de mães de outras nacionalidades e brasileiras, verifica-se uma tendência para estabilização entre 2002 e 2010 no primeiro caso e para um crescimento significativo no segundo, acompanhando o aumento da imigração brasileira e dos matrimónios misto luso-brasileiros. Entre 2011 e 2013, a quebra é significativa, acompanhando a tendência geral de contração de nascimentos associadas ao período de crise que assolou Portugal e ao aumento da saída de imigrantes do país, dentre os quais brasileiros/as. Após alguma estabilização entre 2013 e 2015, os nados-vivos de mãe brasileira (e estrangeira, em geral) retomam o crescimento, acompanhando o recrudescer da imigração e dos casamentos mistos (Figura 2).

Figura 2. Evolução do número de nados vivos mães estrangeiras em Portugal, 2000-2019



Fonte: INE.

Para se ter a noção da relevância significativa dos nascimentos com pai ou mãe brasileiros em Portugal, sobretudo no segundo decénio do século XXI, em 2000 nasceram 932 nados vivos, 6.810 em 2010, ano com valor máximo e 6.089 em 2019. Estes valores absolutos refletem-se no elevado peso relativo dos nados vivos de pais ou mães com origem brasileira, que representavam 7,8%, 32,3% e 30,8% no total de nados vivos de pais ou mães estrangeiros, respetivamente em 2000, 2010 e 2019.

A presença de crianças migrantes é uma realidade no quadro das famílias transnacionais (Veale e Donà, 2014). A existência de filhos entre casais transnacionais é também um dos fatores que influencia os movimentos migratórios no quadro familiar, e no caso particular desta investigação, o retorno a Portugal. Além disso, filhos de casais mistos são “peças” importantes na manutenção de práticas transnacionais no quadro familiar (Mand, 2010).

Esta análise quantitativa da nupcialidade dos matrimónios mistos luso-brasileiros e dos nascimentos que lhe estão associados permite, desde logo, mostrar a relevância crescente deste tipo de unidades de análise complexas (as

⁷ As exceções à tendência geral acontecem em 2008, 2010 e 2015-2016.

famílias binacionais e os seus filhos) no estudo das migrações entre Portugal e o Brasil, o que ajuda a fundamentar a discussão crítica das dicotomias conceituais e da noção de retorno que nos propomos fazer. Ademais, constitui o enquadramento necessário para analisar a complexidade, formal, afetiva e de gestão de quotidianos destes casais que jogam, efetivamente, em dois tabuleiros normativo-sociais. A avaliação dinâmica dos microcontextos socioeconómicos e familiares remete para a apreciação de quadros macro ao nível do Estado-Nação, com a inevitável geração de oportunidades e constrangimentos. Decorre daqui uma necessidade de negociação sistemática em que o transnacionalismo é quase uma inevitabilidade, desde logo pelos fundamentos base da família nuclear.

5. Retornos e Partidas: os dois lados do espaço transnacional comum aos casais mistos

Se a análise estatística oferece o suporte extensivo que evidencia a relevância crescente dos matrimónios mistos, esta secção ilustra o modo como estes efetivamente atuam no espaço social binacional, produzindo um *continuum* de ligações que resulta desta vivência simultânea de Portugal e do Brasil, do micro dos lugares ao macro dos países, conjugando planos materiais e virtuais, partidas e retornos. Pretende-se escrutinar aquilo que os dados secundários não revelam, com destaque para o(s) processo(s) de retorno a Portugal. Isto implica compreender a forma como os cônjuges experienciam os seus “mundos de origem”, as razões/motivações que estão na base do processo de emigrar/imigrar e, sobretudo, o que justifica retornar e permanecer (ou não) em Portugal.

Embora o foco não seja realizar a análise de forma comparada entre os entrevistados, importa sublinhar que emigração (cônjuge português) e retorno (cônjuge brasileira/o) para o Brasil, dos casais que iniciaram a relação em Portugal, sugere um desejo mais compartilhado entre ambos, do que o retorno para Portugal. Duas razões fundamentam esta ideia. Primeiro, quando observamos o período de emigração/retorno para o Brasil, este coincide com a crise económica e social em Portugal, destacando os/as entrevistados/as, entre outras razões, as poucas perspetivas de emprego em Portugal. Segundo, o facto dos cônjuges portugueses conhecerem o Brasil apenas em contexto de férias ou nunca terem lá estado, parece impulsionar a vontade de experienciar o país do/a cônjuge, quando a iniciativa de mudar para o Brasil é espoletada pelo/a cônjuge de nacionalidade brasileira, havendo uma convergência de desejo no que respeita à direção do movimento migratório.

“Ele sabia que eu tinha uma vontade de voltar para dar apoio à minha família. E foi bem o período que Portugal estava no auge da crise, a escola onde nós trabalhamos quase fechou. E pensámos: vamos arriscar e vamos para o Brasil. O Brasil estava numa fase mais ou menos boa, mas foi um *time* péssimo, porque logo depois começou [crise política]. Mas ele também precisava mudar de ares” (CM2).

O posterior movimento de retorno (cônjuge português) e emigração (cônjuge brasileira) para Portugal, apesar de ser apontado igualmente como uma negociação pacífica no contexto dos casais entrevistados, com a exceção de um deles, mas que não gerou rutura definitiva, pareceu mais necessário e desejoso por parte do cônjuge português do que da cônjuge brasileira.

“A volta foi mais impulsionada por mim, pelo menos eu senti um efeito assim: não aguento mais. Mas quando ele [cônjuge PT] disse não aguento mais, eu disse: tá certo! Consegues um trabalho e com um trabalho a gente vai [retornar para PT].” (CM1)

Os fatores fundamentais dessa motivação para retornar para Portugal estavam centrados na não inserção no mercado de trabalho no Brasil, acentuada polarização política e preocupação com a segurança. Vale sublinhar que essas razões não foram mencionadas em simultâneo pelos mesmos casais, sendo o sentimento de insegurança apontado pelos únicos dois casais com filhos menores de idade⁸.

⁸ Dos seis casais entrevistados três têm filhos; dois casais com menores de idade e um casal com um filho maior. Três casais não têm filhos.

“O trabalho lá [Brasil] foi mais difícil, foi complicado encontrar trabalho lá [cônjuge PT]. [...] lá [Brasil] eu comecei a trabalhar [...] na área que eu desenvolvi no doutorado [cônjuge brasileira]. Em Portugal ele conseguiu uma vaga na área dele.” (CM4)

“Eu sentia que não se podia mais sentar tranquilamente para conversar em grupo. A qualquer momento podia acontecer um conflito. As posições políticas estavam tão extremas que impedia o diálogo. Esse também era um aspeto negativo do Brasil.” (CM1)

“Eu até pensava não vou voltar [para PT] e bancar um divórcio litigioso e disputar pelo meu filho. Mas [...] no Brasil não é só o clima de ódio político, a insegurança também pesava para mim. [...] eu até pensava em ficar no Brasil, mas eu pensava que se o meu filho levar uma ‘topada’, uma ‘picada de mosquito’, eu ia me culpar para o resto da vida e depois a família [PT] viria toda para cima de mim. Eu voltei mesmo para proteger meu filho.” (CM5)

As entrevistas apontam que a inserção laboral na área de formação e *expertise* de cada cônjuge foi sempre mais fácil no país de origem respetivo. Ou seja, em Portugal, os cônjuges portugueses estavam empregados e relativamente satisfeitos com os seus trabalhos quando emigraram para o Brasil, sendo a falta de perspetivas na altura da crise maior para as cônjuges brasileiras, que estavam em situações diversas, tais como, posse de bolsa de estudo financiada pelo Brasil, trabalho fora da área de formação ou frágeis vínculos contratuais. A situação foi similar no Brasil, só que experienciada pelo cônjuge português, pois apenas um destes desenvolveu atividade profissional correspondente à sua *expertise* enquanto assalariado (dois deles trabalharam na área de formação, mas por conta própria). Os demais, com exceção de um reformado, não conseguiram integração no mercado de trabalho, não chegando a desenvolver atividades remuneradas. Falta de experiência no ramo procurado e dificuldade no reconhecimento de títulos académicos obtidos em Portugal, foram fatores mencionados e que ajudam a compreender a não inserção laboral dos portugueses no Brasil.

“Quando eu fui para o Brasil eu tinha 24 anos [cônjuge PT], o sobrinho do meu marido tinha 20 anos, e tinha uma experiência profissional impressionante. Já tinha trabalhado como garçom, como electricista, canalizador. E eu, que já tinha quase 25 anos, com a licenciatura em geografia e um mestrado não tinha experiência em nada. E lá eu senti que isso não era valorizado, mas eu também estava à procura de trabalho no ramo das vendas”. (CM3)

“O trabalho lá foi mais complicado. E a validação também. Eu [cônjuge PT] levava os papéis para validar, os diplomas, e faltava sempre alguma coisa e era complicado e também havia um período de transição que alteravam como as coisas estavam a ser feitas. [...] eu [cônjuge BR] trabalhava na minha área, ele tinha um apartamento aqui [em PT] que ficou alugado e a gente vivia com isso”. (CM4)

Esta situação inverteu-se aquando do retorno para Portugal. Atualmente, os cônjuges portugueses estão todos a trabalhar em Portugal e dizem-se satisfeitos com os seus empregos. Já entre as cônjuges brasileiras há casos em que (i) trabalham na sua área e estão satisfeitas; (ii) não conseguiram trabalho em Portugal desde que retornaram, apontando isto como um dos grandes desafios para permanecer neste país; e (iii) trabalham, mas fora da área de formação profissional.

“(...) Minha grande frustração é que aqui [PT] eu não consegui trabalho ainda e já estou aqui desde final de 2018 [cônjuge brasileira]. Eu estou num projeto do Brasil e trabalho à distância. Isso para mim é um constrangimento, é difícil e eu achava que ia ser mais fácil.” (CM4)

As entrevistas parecem demonstrar que mais do que fatores atrativos do país para onde desejavam “ir”, o que impulsionou o movimento foram as conjunturas do país onde “estavam”, e só a partir daí as vantagens do “outro país” começaram a ser ponderadas. Essa evidência aponta para uma apropriação do país do “outro” como uma unidade para onde é possível a deslocação e fixação, quando as condições no local de partida não são satisfatórias e a elas se somam motivações pessoais e familiares, conferindo aos casais mistos, potencialmente, mais “mobilidade em pêndulo” o que evidencia a construção do *continuum* espacial binacional. Há, pois, uma base institucional e social de suporte em dois espaços, ambos “vividos” e mobilizáveis, ainda que os dois lados exijam adaptação, sobretudo para o cônjuge em condição de “imigrante”.

“Nunca tive a ideia de ficar lá. Eu tinha meu filho aqui [PT]. **A ideia sempre foi viver entre os dois países.** Mas a ideia inicial era que o ‘pé’ fosse no Brasil. [...] a gente pensava em ter o Brasil como o local sede e Portugal seria acessório. Esse é o projeto e era unânime entre nós dois”. (CM6) (grifo nosso).

“Em Portugal estamos em casa. Temos apartamento, temos a família [do cônjuge PT], temos os amigos. **Nós dois sentimos-nos em casa nesses dois países. A sensação é o voltar para casa, não é o de mudar para outro lugar.** Nós tínhamos vindo em 2016, foi a primeira vez que os meninos vieram depois da gente ter ido para o Brasil. Ele [cônjuge PT] já tinha vindo duas vezes para visitar os pais. Curtiram muito, viram os avós, apesar das chamadas de Skype que fazíamos do Brasil, foi uma viagem que a gente se sentiu em casa e mexeu muito com o nosso coração e fez ver a gente começar a ver os defeitos de lá [Brasil]. Os fatores que nos levaram a ir já não existiam (...) pensamos que era hora de voltar”. (CM1) (grifo nosso).

No quadro 2 podem observar as palavras-chave mencionadas pelos casais quando interrogados sobre as razões que motivaram os movimentos realizados para os dois destinos.

Quadro 2. Motivações que impulsionaram o movimento migratório para Brasil e Portugal

ID	Palavras-chave que motivaram o desejo de retorno/imigração para o Brasil	Palavras-chave que motivaram o desejo de retorno/emigração para Portugal
CM1	>Falta de perspectiva laboral em Portugal (cônjuge brasileira) >Pouco tempo livre para estar com os filhos	>Polarização política >Insegurança >Baixa oferta cultural e de lazer
CM2	>Crise em Portugal >Apoio da família no Brasil	>Mudança de mentalidade no Brasil >Expressão do conservadorismo > Frustração com o mercado laboral
CM3*	>Acompanhar o cônjuge que estava no Brasil	>Não inserção no mercado de trabalho no Brasil (cônjuge português) >Dependência financeira do cônjuge brasileiro
CM4	>Obrigatoriedade (cumprimento legal por ter recebido bolsa de estudo do Brasil) >Proximidade da família	> Baixa qualidade de vida no Brasil > Não inserção no mercado de trabalho (cônjuge português)
CM5	>Obrigatoriedade (cumprimento legal por ter recebido bolsa de estudo do Brasil) >Longa estadia em Portugal	>Instabilidade no mercado de trabalho. >Mudanças políticas >Não inserção no mercado de trabalho (cônjuge português) >Insegurança no Brasil
CM6**	>Desejo de realizar um curso de doutorado com bolsa de estudo	>Questão de saúde (ambos os cônjuges)

*O cônjuge brasileiro retornou para o Brasil sozinho em 2015. O cônjuge português emigrou para o Brasil em 2016, onde viveram juntos aproximadamente um ano. Em 2016 o cônjuge português retornou para Portugal e mantém um casamento a distância. **Viveram no Brasil no primeiro momento entre 1982-1998.

Quando perguntados sobre o porquê de não terem emigrado para outros países, foi unânime a resposta de que apenas o Brasil ou Portugal foram hipóteses consideradas. A razão fundamental respeita à proximidade com a família de um dos dois cônjuges, ainda que a relação presencial regular apenas aconteça com uma daquelas, assentando a outra em contatos virtuais frequentes.

Também foi perceptível que a presença de filhos entre os casais mistos apontou para a importância de manter a proximidade física com pelo menos um lado da família, neste caso portuguesa, e ao mesmo tempo manter práticas transnacionais com o lado da família brasileira, embora esta não tenha sido a razão fundamental do retorno para Portugal. Esta evidência reforça o argumento de Mand (2010) quando refere que as crianças filhas de casais transnacionais têm um papel ativo na permanência de ligações transnacionais e, acrescentaríamos, na escolha do sentido do movimento migratório das suas famílias.

“Um dos nossos filhos disse outro dia que onde quer que a gente esteja sempre terá saudade. E é verdade, porque com famílias dos dois lados, sempre vamos estar mais perto e mais longe de alguém. Embora a gente mantenha contato sempre.” (CM1)

“Hoje a questão de ficar perto da família pesa. A gente decidiu fazer essa mudança para ficar perto da família de um ou do outro. Então mudar de país e ficar longe das duas famílias, eu vejo sem sentido”. (CM5)

Essa proximidade em relação a uma das famílias também esteve na base dos casais permanecerem (ou não) em Portugal no curto, médio e longo prazo. Apenas um destes relatou que, apesar de não estarem a procurar oportunidades fora de Portugal, se sentem com disponibilidade para emigrar para outro país europeu. Os demais manifestaram apenas o desejo de permanecerem em Portugal e, porventura, se houvesse novo plano migratório este seria em direção ao Brasil.

“No nosso caso, **que temos os dois lugares, mantemos contatos com os dois lugares**, o ideal era que a gente pudesse ter as duas coisas. Sempre tem no coração um pouco de frustração, porque a gente queria ter os amigos de lá, a vida de lá [Brasil], mas a segurança daqui os jardins daqui [Portugal].” (CM1) (grifo nosso)

Contudo, esta identificação com os dois lugares e o estabelecimento do *continuum* correspondente ao espaço social binacional não significa nem a ausência de diferenças socio-espaciais, nem a inexistência de dificuldades experienciadas por cada cônjuge enquanto “imigrante” no país “do outro”. O *continuum* correspondente ao espaço social transnacional alarga as oportunidades, mas não é sinónimo de homogeneidade. Ademais, constata-se que os processos de negociação e decisão no quadro das famílias transnacionais são complexos e remetem para a procura de um equilíbrio em dimensões que atravessam os planos emocional, institucional e profissional, sendo experienciados de modo diferenciado por cada cônjuge. De algum modo, a condição de imigrante ou emigrante mitiga-se, mas emerge circunstancialmente porque há elementos que relembram o espaço de origem “do eu” e “do outro”. Se o ponto de partida desta investigação foi o retorno para Portugal, para os casais mistos é claramente redutor o escrutínio de um único sentido do movimento migratório.

6. Notas conclusivas

Não sendo os casamentos mistos um fenómeno novo, no contexto do atual mundo globalizado e mais móvel vão ganhando mais expressividade. Em Portugal, os matrimónios mistos têm ganho relevância no quadro geral dos casamentos, destacando-se aqueles que envolvem cônjuges portugueses/as e brasileiras/os. E estes não só tendem a ter uma duração importante⁹, mesmo no quadro de famílias recompostas, como frequentemente dão origem a filhos, reforçando o nexo familiar e negociações (em contexto de conjugalidade ou separação).

⁹ Entre 2011 e 2019, segundo o INE, a taxa de divorcialidade (divórcios por 100 casamentos) nos casamentos entre cônjuges portugueses regista, na maioria dos anos, um valor superior ao triplo da taxa de divorcialidade nos matrimónios entre portugueses/as e brasileiras/os. Para saber mais sobre os perfis dos divórcios em casais binacionais em Portugal ver Gaspar, Ferreira e Ramos (2017).

A análise efetuada reforça o argumento de que Portugal e Brasil são experienciados pelos casais mistos luso-brasileiros como um espaço social transnacional contínuo, mobilizado de acordo com as conjunturas político-económicas associadas aos anseios pessoais posicionados no quadro familiar. O que ajuda a reforçar essa evidência, é que apesar das barreiras político-administrativas e socioeconómicas existentes em cada um dos países e impostas ao cônjuge originário do outro, conferindo-lhe a “vestimenta” de imigrante, emigrar ou retornar para o país “do outro” é mais fácil do que optar por um destino terceiro, pois há sempre alguém que “está em casa” e “arrasta o outro”. Isto porque a travessia do Atlântico em direção ao Brasil ou em direção a Portugal garante, em simultâneo, o desaparecimento da condição de imigrante para um dos cônjuges e um enquadramento social e institucional amortecedor ancorado numa rede de amigos e familiares e condições institucionais facilitadoras (e.g. dupla nacionalidade).

Se a vivência de uma condição de igualdade plena, para ambos cônjuges no contínuo espacial binacional têm limitações formais e substantivas, o caráter misto do matrimónio mitiga estranhamentos, alarga o campo formal de integração e torna as opções de partida ou retorno intermutáveis e potencialmente mais fáceis.

Se o termo retorno tem como contraponto a partida nas análises individuais das migrações, ao mudar o foco para o casal transnacional torna-se imprescindível adotar um olhar bifocal sobre partida/retorno e imigrante/emigrante, pois fazem parte de movimentos e pessoas que os experienciam simultaneamente num espaço binacional contínuo.

Agradecimentos

A autora e o autor agradecem aos casais luso-brasileiros que colaboraram generosamente para o desenvolvimento da investigação. Também expressamos reconhecimento as editoras deste número especial e aos revisores pelos valiosos comentários e sugestões, embora o conteúdo do artigo e as ideias nele expressas sejam da inteira responsabilidade da autora e do autor.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2014). Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (1991-2011). In A. Delgado, & K. Wall. (coord.). *Famílias nos Censos 2011 Diversidade e Mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Assis, G. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional, *Estudos Feministas*, 15(3), 745–772.
- Baganha, M. (2009). The lusophone migratory system: patterns and trends. *International Migration, Geneva*, 47(3), 5–20.
- Bógus, L. (2007). Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro. In J. Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração, pp. 39-58.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Breger, R. & Hill, R. (1998). *Cross-cultural marriage. Identity and Choice*, Oxford: Berg.
- Castells, M. (2003). *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Castles S. (1999). Citizenship and the Other in the Age of Migration. In A. Davidson, & K. Weekley (eds.), *Globalization and Citizenship in the Asia-Pacific* (pp. 27–48). Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9780230377080_2

Castles, S. & Miller, M. J. (2008). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, 4th edition, Basingstoke and New York: Palgrave-Macmillan and Guilford.

Castro, M. C., Botelho, P. e Knup, S. (2015). Contexto migratório de retorno: perspetiva das famílias de brasileiros retornados de Portugal. In J. Peixoto, B. Padilla, J. C. Marques e P. Góis (Eds.), *Vagas Atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 159–176). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Evangelista, N. C. (2014). *Casais Luso-Brasileiros: controlo migratório, reação social e subjetividades no cotidiano*. Tese de Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, p. 165.

Fernandes, D., Peixoto, J. & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *Revista Latinoamericana de Población*, 15(29), 34–63

Fernandes, D. M. e Castro, M. C. (2013). Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(41), 99–116. <https://doi.org/10.1590/S1980-85852013000200006>.

Ferreira, A. C. & Ramos, M. (2011). Casamentos Mistos em Portugal: Evolução e Padrões. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 2, abril.

Ferreira, A.C., & Ramos, M. (2012). Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(2), 361–387. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000200009>.

Ferreira, S. de A. (2018). *Migrantes Brasileiros entre Portugal e Brasil – Imigração e Retorno: Processos Complementares?* Tese de Doutoramento em Geografia, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-ULisboa), pp. 251.

Gaspar, S., Ferreira, A. C. & Ramos, M. (2017). *Evolução e perfis dos divórcios em casais binacionais em Portugal (1995-2013)*. Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, IP), Lisboa.

Góis, P. & Marques, J. C. (2014). *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, IP), Lisboa.

Gomes, M. S. (2013). *O imaginário social em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Tese de Doutoramento em Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE, p. 346.

González-Ferrer, A., Obucina, O., Cortina, C. & Castro Martín, T. (2018). Mixed marriages between immigrants and natives in Spain: The gendered effect of marriage market constraints. *Demographic Research*, 39, 1–32.

INE (2021) *Casamentos celebrados por país de nacionalidade dos cônjuges*. Dados não publicados, Instituto Nacional de Estatística.

Iorio, J. & Fonseca, M. L. (2018). Estudantes Brasileiros no Ensino Superior Português: construção do Projeto Migratório e Intenções de Mobilidade Futura”, *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, 53(109), 3–20.

Iorio, J. C. (2018). *Trajetórias de mobilidade estudantil internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal* (Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Portugal). <http://hdl.handle.net/10451/37454>.

- Kulu, H. and González-Ferrer, A. (2014). Family dynamics among immigrants and their descendants in Europe: Current research and opportunities. *European Journal of Population*, 30(4): 411–435. <http://dx.doi.org/10.1007/s10680-014-9322-0>.
- Levitt, P. and M.C. Waters (2002) *The Changing Face of Home: The Transnational Lives of the Second Generation*. New York: Russell Sage
- Lind, W.R. (2008). *Casais biculturais e monoculturais: diferenças e recursos*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Machado, I. (2007). Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal. In J. M. Malheiros (Ed.), *A Imigração brasileira em Portugal* (pp.171–190). Lisboa: ACIDI.
- Machado, I. J. de R. (2014). O futuro do passado: imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, XXI(43), 225–234.
- Malheiros, J. (2001). *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Inovação*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Malheiros, J. (Ed.). (2007). *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração.
- Malheiros, J. & Esteves, A. (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Lisboa, p. 320.
- Mand, K. (2010). ‘I’ve got two houses. One in Bangladesh and one in London . . . everybody has’: Home, locality and belonging(s). *Childhood*, 17(2). 273–287. <http://dx.doi.org/10.1177/0907568210365754>.
- Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In J. Malheiros (coord.), *A Imigração Brasileira em Portugal* (pp. 113–134), Lisboa, ACIDI.
- Padilla, B. (2008). Brasileiras em Portugal: de la transformación de las diversas identidades a La exotización, *Amérique Latine Histoire et Mémoire, Les Cahiers ALHIM*, 14. <http://alhim.revues.org/index2022.html>.
- Pereira, S. & Esteves, A. (2017). Os efeitos da crise económica na situação laboral dos imigrantes: o caso dos brasileiros em Portugal. *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, 25(49), 135–152.
- Piller, I. (2007). Cross-cultural communication in intimate relationships. In H. Kotthoff, & H. Spencer-Oatey (Eds.), *Intercultural Communication* (Handbook of Applied Linguistics 7), Berlin and Nova Iorque: Moutin de Gruyter.
- Pinho, F. (2012). *Transformações na Emigração Brasileira para Portugal de Profissionais a Trabalhadores*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), pp. 339.
- Pires, R. P., Azevedo, J., Vidigal, I. & Veiga, C. M. Pires, et al (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 94, pp. 9-38 DOI: 10.7458/SPP20209419573
- Portes, A. (2003). Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism. *International Migration Review*, 37(3), 874–892.
- Ramos, M., Gaspar, S. e Ferreira, A.C. (2015). Padrões de exogamia em quatro comunidades imigrantes em Portugal (2001-2011). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, 53–76. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65292015000100003.
- Raposo, P. & Togni, P. (2009). *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração*. Lisboa, ACIDI.

Ribas-Mateos, N. & Cabezón-Fernández, M-J. (2021). Nuevas Fronteras de la Movilidad y de las Migraciones: un Análisis Teórico-Empírico. *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, 56(117), 253–272. <https://doi.org/10.18055/Finis23821>

Rocha-Trindade, B. (1986). Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social*, XXII(90), 139–156.

Serviço de Estrangeiro e Fronteira (2008) *Relatório de Actividade. Departamento de Planeamento e Formação*. SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Serviço de Estrangeiro e Fronteira (2010) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Serviço de Estrangeiro e Fronteira (2016) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Song, M. (2009). Is intermarriage a good indicator of integration? *Journal of Ethnic and Migration Studies* 35(2), 331–348. <https://doi.org/10.1080/13691830802586476>.

Silva, K. & Malheiros, J. (2018). “De fora para dentro”: redes sociais e os processos de (re) e (multi)territorialização a partir da mobilização política dos brasileiros na Europa. In S. Siqueira (Org.), *Ligações migratórias contemporâneas: Brasil, Estados Unidos e Portugal*. Governador Valadares (pp. 226–252), MG: Núcleo de Estudos Multidisciplinar Sobre o Desenvolvimento Regional, Universidade Vale do Rio Doce: UNIVALE.

Silva, K. & Malheiros, J. (2021). O Estatuto do Estudante Internacional. Incentivo ou barreira para os estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal? In K. C. Abreu (org.), *Imigração brasileira na Europa: Memória, Herança, Transformação*. Milano, LED.

Veale, A. & Donà G. (2014) Complex Migrations, Migrant Child and Family Life Trajectories and Globalization. In A. Veale, G. Donà (eds.), *Child and Youth Migration*. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9781137280671_1.

Vertovec, S.& Cohen, R. (Eds). *Migration, Diasporas, and Transnationalism*. Edward Elgar Publishing, Cheltenham, UK Northampton, MA.

Wall, K., Cunha, V. & Atalaia, S. (2013) Família. In J. L. Cardoso, P. Magalhães, & J. Machado Pais. *Portugal Social de A a Z - temas em aberto*. Expresso: edição comemorativa.